

## OS MEDIA POPULARES DE MASSA E O REFERENDO SOBRE A INTERRUÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ EM PORTUGAL<sup>1</sup>

Marcelo Valadares<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa como a imprensa popular de Portugal acompanhou o referendo que perguntou à população sobre a legalidade da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), que aconteceu no ano de 2007, naquele país. Estuda o discurso midiático e a relação deste acontecimento com o desenvolvimento da democracia a partir da legitimação de um processo requerido por diversos movimentos sociais. Utilizou-se como metodologia a Análise de conteúdo e a Análise Crítica do Discurso. Os jornais Correio da Manhã e Jornal de Notícias, ambos de grande circulação em Portugal, foram os objetos de pesquisa. Observou-se que há diferenças bastante efetivas entre os discursos e as posições destes jornais, transitando entre o conservadorismo e a politização do tema em pauta, variando de acordo com a linha editorial de cada publicação. Entretanto, observou-se que ambas se limitam a uma ideia de democracia representativa para debater o sistema político ao qual estão inseridas.

**Palavras-chave:** Democracia, Imprensa Popular, Aborto, Portugal.

### 1. INTRODUÇÃO

(...) perhaps capitalism, modern democracy's non identical birth twin and always the more robust and wily of the two, has finally reduced democracy to a "brand," a late modern twist on commodity fetishism that wholly severs a product's salable image from its content. Or perhaps, in the joke on Whiggish history wherein the twenty-first century features godheads warring with an intensity that ought to have been vanquished by modernity, democracy has emerged as a new world religion—not a specific form of political.

**Brown, Wendy. We are all democrats now... 2011.**

O trecho, escrito por Wendy Brown (2011), conjuga-se com o que o escritor José Saramago proferiu, em 2008, em uma palestra dada em São Paulo, em que dizia “Tudo se discute neste mundo. Menos uma única coisa que não se discute. Não se discute a

---

<sup>1</sup> Trabalho inscrito para o GT Comunicação e Política, do VII Encontro de Pesquisa em Comunicação – ENPECOM.

<sup>2</sup> Doutor em Democracia no Século XXI, pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (reconhecido como doutor em Ciência Política pela UFMG).

E-mail: [marcelo\\_valadares@hotmail.com](mailto:marcelo_valadares@hotmail.com). Financiado pela FCT com participação do Fundo Social Europeu.

Democracia. A Democracia está aí, como se fosse uma espécie de Santa de Altar de quem já não se esperam milagres. Mas que está aí como uma referência. Uma referência. A Democracia. E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada...”<sup>3</sup>. Ambas passagens nos levam a questionar sobre o fato da democracia, apesar de ser referida em diversos discursos, está, em muitos deles, desprovida de conteúdo político, vazia quanto ao seu valor histórico, descontextualizada e sem o seu fundamento de “poder para o/do povo”.

Considera-se que o discurso sobre democracia quando descontextualizado, integra em si conteúdos políticos específicos, no sentido em que a sua retirada do contexto histórico e social leva a fortalecer posições conservadoras. O jornalismo, nesta conjuntura, pode ser utilizado, consciente ou inconscientemente, como instrumento de fortalecimento da representação hegemónica da democracia. No caso do referendo da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), em Portugal, houve entre os jornais analisados diferenças bastante marcantes, quando este tema foi associado à democracia, como se verá a seguir. Entretanto, um fato comum na abordagem, foi que a representação quase sempre foi ponto de partida das análises e abordagens dos jornais.

Optou-se por escolher a imprensa popular como objeto por ela revelar-se especialmente instigante do ponto de vista académico, sobretudo, devido à sua complexidade enquanto construção teórica: a sua denominação acarreta diversas contradições e problemas. Além disso, no contexto português, e não só, a palavra “Popular” comporta uma forte historicidade na sua formação, sendo que o conceito surge agregado a diversos valores, tais como tradição, nacionalismo, classes e/ou massas.

Nesta dimensão teórica, este artigo defende que o jornalismo popular comercial retrata uma perspectiva de Povo representada por um discurso dominante. A construção em torno do conceito de popular emerge de jornais que se inscrevem na lógica dos oligopólios mediáticos, o que numa perspectiva lata, torna o campo jornalístico pouco rico em termos de amplitude discursiva e ideológica. Por isso, a perspectiva aqui analisada retrata posições e limitações que partem de uma elite simbólica.

### ***1- O referendo sobre a Interrupção voluntária da gravidez***

---

<sup>3</sup> Depoimento em Abril de 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vgwODMEB1TM>

Em 1940, durante o Governo de Salazar, Álvaro Cunhal<sup>4</sup> (1997) defendeu, na Faculdade de Direito de Lisboa, a sua tese de licenciatura, “Aborto: causas e soluções”. O trabalho – que foi apresentado para uma banca composta por nomes fortes do regime fascista português, como Marcelo Caetano, e sob escolta policial, visto que o autor era um preso político – aborda as causas sociais, económicas e morais do aborto nas classes trabalhadoras. Cunhal (1997) avalia como o procedimento, considerado ilegal pelo Estado, interfere na vida da mulher. Ele avalia o reduzido número de mulheres usuárias dos serviços de serviços de saúde pública, e identifica como o aborto marginaliza as mulheres que o praticam e as expõem a diversos riscos, sobretudo devido à ausência de suporte pelo Estado.

O texto é considerado uma das mais importantes reflexões sobre o tema, sob uma ótica social, em Portugal. Na conclusão da sua tese, Cunhal propunha que “enquanto persistirem as presentes condições sociais, enquanto o aborto for uma necessidade imperiosa para um grande número de mulheres, para reduzir os estragos que ele ocasiona, é necessário legalizar o aborto” (Cunhal, 1997: 105).

Passados 35 anos da defesa do trabalho de Cunhal, o livro *Aborto, direito ao nosso corpo*, da autoria de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá Madeiros, foi editado, havendo tido grande repercussão no movimento feminista. Sendo, também, um dos marcos da literatura sobre o tema, no país. Manuela Tavares (2008) refere na sua tese de doutoramento que a publicação defendia o aborto como um direito individual das mulheres. “A decisão de fazer um aborto cabe apenas à mulher grávida que tem (ou devia ter) o direito humano de controlar o seu corpo e dele fazer o uso que entender” (Tavares, 2008: 289).

O feminismo das décadas de 1960 e 1970, refletido nas ideias do parágrafo anterior, desafiou a concepção patriarcal que estabelecia a maternidade como uma determinação biológica e identitária das mulheres. Parte desse processo de reivindicação de liberdades das mulheres, veio associado aos métodos contraceptivos, que transformaram a maternidade em ato voluntário, e separaram a reprodução da sexualidade. “O aborto tinha por base o direito de decisão das mulheres” (idem, 2008: 289).

Após 67 anos da tese de Cunhal e 32 da publicação do livro de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá Madeiros, com muitas mobilizações entretanto ocorridas, assinala-se outro marco para o movimento feminista português. O ano de 2007 foi decisivo na história da militância pela descriminalização do aborto (Monteiro: 2012). Neste ano, aconteceu o

---

<sup>4</sup> Escritor e político, filiado ao Partido Comunista Português, reconhecido nome da resistência ao Estado Novo.

segundo<sup>5</sup> referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) realizada por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gestação, proposto em campanha, no ano de 2005, pelo Partido Socialista (PS), no qual o “sim” foi o mais votado, levando à publicação da Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, que despenalizou a IVG (idem, 2012).

Na perspectiva feminista, a conquista deste direito representou uma mudança paradigmática na sociedade e também com implicações para o sistema democrático, no sentido de fortificar e emancipar<sup>6</sup> certos grupos sociais, na medida em que a aprovação da lei instaurou a liberdade de decisão da mulher. Peniche (2013) defende que o reconhecimento do direito ao aborto legitima diferentes perspectivas morais, éticas e religiosas que cada indivíduo possa ter.

O direito ao aborto exige uma concepção de democracia como agência, isto é, como reivindicação enformada politicamente no sentido da transformação das relações sociais de poder: porque exige que se perspetive a sexualidade separada da reprodução e porque reclama a sexualidade como um direito das mulheres; porque exige o reconhecimento das mulheres como porta-vozes das propostas de transformação social emancipatória (Peniche, 2013: s/p).

Além da questão ser representativa para o movimento feminista, o cenário do Referendo de 2007 possibilitou – a partir de um instrumento de legitimação, por parte do Estado, da democracia direta – a emergência de diferentes grupos, criados a partir de movimentos de cidadãos, que se organizaram em diferentes plataformas, a favor da aprovação da lei e contra a mesma. A partir deste instrumento de democracia direta, a despenalização do aborto foi aprovada.

## ***2 - Destaques na apresentação do tema:***

Neste artigo, assume-se que o reconhecimento e o debate em torno da questão do aborto é um tema relevante para o fortalecimento da democracia, por estar relacionado com a proteção de direitos vinculados a um certo grupo social. Escolheu-se este assunto, pelo fato dele possibilitar um momento rico de reflexão sobre uma perspectiva da democracia que apela à participação dos indivíduos, quer por instrumentos facultados pelo Estado, quer por

---

<sup>5</sup> O primeiro referendo foi realizado no ano de 1998. “A 28 de Junho de 1998, realizou-se em Portugal um referendo sobre o aborto. Com uma fraquíssima participação (68% de abstenções), o “Não” à despenalização do aborto alcançou 51% dos votos e o “Sim” 49%” (Tavares, 2007:391).

<sup>6</sup> “A emancipação pressupõe a existência de relações desiguais de poder, uma vez que, se o poder não fosse exercido de uma forma excludente, não haveria necessidade de se lutar pela igualdade de oportunidades e direitos, pelo direito à diferença ou pela inclusão” (Santos, 2004: 281).

iniciativas individuais, de grupos e/ou movimentos sociais. Houve também interesse em observar como a perspectiva feminista, sendo contra-hegemônica, seria retratada pelo discurso jornalístico. Imaginou-se que a discussão seria condicionada por um tratamento vinculado a tabus sociais. Estes tabus têm, desde há muito tempo, sido associados a diversas questões, sob o signo da repressão de costumes, sobretudo ligados a práticas sexuais ou a questões políticas. Neste ponto, Chauí (2000) afirma que, até aos anos de 1960, diversas palavras eram proibidas ou, pelo menos, relegadas para o plano privado.

Assim, para certos grupos sociais de nossa sociedade e mesmo para nossa sociedade inteira, até os anos 60 do século passado, eram proibidas palavras como puta, homossexual, aborto, amante, masturbação, sexo oral, sexo anal, etc. Tais palavras eram pronunciadas em meios masculinos e em locais privados ou íntimos. Também palavras de cunho político tendem a tornar-se quase tabus: revolucionário, terrorista, guerrilheiro, socialista, comunista, etc. (Chauí, 2000: 174).

Adicionalmente, é possível constatar um certo grau de pudor nas referências ao aborto, visto que se identifica um cuidado intenso nas abordagens sobre o tema. Observou-se uma visão influenciada pelo fator moral da questão, nomeadamente, na cobertura do Correio da Manhã, que agregou diversas quimeras ao tema, ao construir um discurso vinculado à família, a uma perspectiva católica conservadora, e a especulações quanto a banalização do ato e à movimentação financeira em torno da prática. Por outro lado, também foi identificada uma cobertura que se sobrepôs a esta questão, referindo-se ao tema com profundidade e naturalidade, como se poderá observar pelas análises retiradas dos textos do Jornal de Notícias.

O trabalho centrou-se nos dias de 9 a 13 de fevereiro de 2007, sendo que o referendo foi realizado no dia 11. Recolheram-se 33 textos do JN, e 37 do CM. Pode observar-se uma grande diferença entre as duas publicações analisadas. As características textuais relativas à extensão dos textos e aos seus redatores, mantêm-se proporcionalmente iguais ao recorte temático, em todos os temas que foram analisados.

Um dos dados observados neste recorte, constituiu na valorização, por parte dos jornais, de atores, partidos e instrumentos de participação e representação, ou da ideia de ambos. Em cada caso, para avaliar se houve ou não valorização, analisaram-se palavras dos relatos sobre representantes ou os meios de participação, e os respectivos contextos. Quando não foi possível avaliar um teor valorativo no texto, ou sempre que este pudesse ser interpretado de forma ambígua, excluiu-se o texto da avaliação. Aplicou-se esta metodologia

aos cinco temas investigados. O resultado do recorte para o referendo sobre a IVG é representado nos gráficos abaixo:

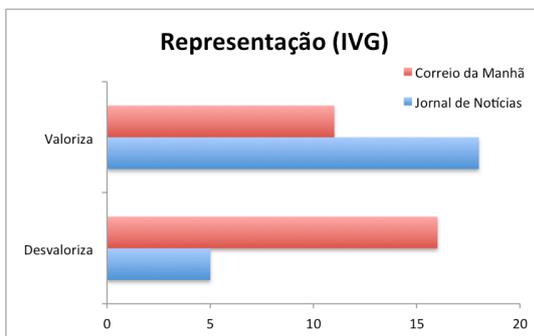


Gráfico 12 - Valorização da representação IVG

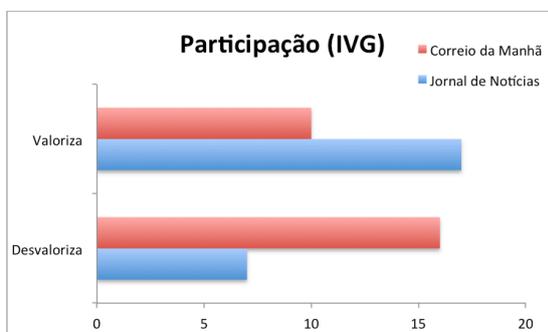


Gráfico 13 - Valorização da participação IVG

Os gráficos revelam uma grande diferença entre a forma como se (des) valorizar a representação e a participação. Esta diferença surge associada às posições mais defendidas por cada jornal, e ao modo como eles interpretaram os representantes e o processo de participação. O JN, empreendeu uma abordagem com um tom mais otimista quanto à participação e à representação, valorizando as propostas e transformações sociais. O CM, neste caso, assumiu um tom conservador que desvaloriza os representantes, principalmente, no que toca ao primeiro-ministro e aos partidos de esquerda, favoráveis à aprovação da lei. Estas posições ficam patentes nas análises abaixo.

### ***2.1- O Jornal de Notícias como prestador de serviço***

Nos cinco dias avaliados, o tema do referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) esteve presente na capa em 3 dias (9, 11 - dia da votação - e 12 de fevereiro de 2007), no JN, sendo que em dois foi o destaque principal. Um dia após o referendo, o jornal apresentou a capa (ver figura 1), que chama a atenção para a

entrada em vigor da nova lei. O jornal destaca as declarações do então primeiro-ministro, José Sócrates, e do líder da oposição, Luís Marques Mendes, do Partido Social Democrata (PSD).



Figure 1 - Capa do Jornal de Notícias, no dia após o referendo.

Esta capa representa a cobertura – em termos qualitativos – feita pelo JN. O jornal apresentou diferentes registos políticos, considerando todas as representações partidárias que possuíam assento no parlamento, assim como alguns movimentos sociais, principalmente, os ligados ao movimento feminista. O jornal transmitiu diversas posições, procurou promover esclarecimentos e em diferentes momentos, citou a importância política do ato da participação e da questão pela qual o pleito consultava a população. A base de argumentação do JN fundamentou-se em informações de especialistas, tanto nas áreas da política como nas da saúde.

O jornal tratou o tema politizando-o e inseriu as mulheres no debate. No seu editorial, de 12 de fevereiro de 2007, intitulado “Sem margem para dúvidas”, o jornal assumiu uma posição a favor da mulher, que classifica como a principal interessada na aprovação da lei. O texto denunciou os problemas históricos no processo de penalização da mulher - “Ao longo da nossa história, em condições inimagináveis, muitas mulheres sofreram física e psicologicamente e foram cobertas de ignominia por recorrerem ao aborto” - e, fundamentado pelas circunstâncias, valorizou a participação, propondo alterações ao modelo português de consulta aos cidadãos. “Noutros países europeus faz-se coincidir referendos com eleições, precisamente para garantir um número aceitável de participação. O número de votantes de ontem deixa claramente um sinal positivo do civismo dos portugueses”.

No dia 9 de fevereiro, o jornal publicou três artigos opinativos sobre a questão, dois favoráveis e um contrário ao aborto. Todos estes textos buscam contextualizar os leitores a

partir de dados e de predefinições sobre o sistema democrático. O texto de Ana Prata<sup>7</sup>, intitulado “Falemos de Direito”, partiu de noções do direito para abordar o referendo, e defender o ‘sim’. “A questão que vai a referendo é legal e política. Porque a lei é um dos mais relevantes instrumentos da política”. A autora fundamentou o seu argumento, diferenciando regras morais de regras penais, e questionando, a legitimidade de que os “valores éticos de alguns se imponham a todos”.

O artigo “Referendo, campanha e democracia”, de Paulo Valério<sup>8</sup>, procede a uma análise paralela entre a participação e a representação, valorizando a associação entre as duas formas de se fazer e pensar democracia (Avritzer e Santos, 2003; Sader, 2003).

A consagração constitucional do referendo como instrumento para a decisão de ‘questões de relevante interesse nacional revela um traço importante do nosso sistema democrático. Procura-se um são equilíbrio entre representação e participação. Um equilíbrio que nos remete à ideia inapelável de que uma democracia consistente não se esgota nas urnas (Jornal de Notícias, 9 de fevereiro de 2007).

No texto, o autor reforça o papel do referendo como um instrumento para fortalecer o sistema democrático, e entende que a aprovação da interrupção voluntária da gravidez emancipa a mulher no seu papel social. “Em todo caso, o referendo está à porta e a oportunidade é agora. A oportunidade de reconhecer, finalmente, que as mulheres são capazes de decidir com responsabilidade” (idem, 2007).

O artigo que aborda a perspectiva contrária ao aborto, “Com o meu ‘não’”, foi escrito pelo comentador político, Nuno Rogeiro<sup>9</sup>, que compõe a sua argumentação baseando-se, como o mesmo diz, em aspectos subjetivos, “Sem preocupações de sistematização ou ciência”. Rogeiro recorre a alguns princípios do direito para delinear a sua posição, “Não quero por princípio que uma lei viole a consciência privada”, e evoca questões financeiras do tema, “mas não vejo que a comunidade tenha, financeiramente e moralmente, que sustentar uma opção da qual discorda”. O comentador faz uso de uma retórica que se serve de posições contrárias às que advoga, para sustentar os seus argumentos, fator que contribui para contextualizar quem lê o artigo.

Nos textos informativos, o JN procurou contextualizar o leitor a partir de diversos elementos. A democracia e a participação foram retratadas de forma positiva, ao longo da

---

<sup>7</sup> Professora da Faculdade de direito da Universidade Nova de Lisboa. Trabalha com temas vinculado ao direito administrativo.

<sup>8</sup> Advogado, com licenciatura em Ciências Jurídico-Política. Quando escreveu o texto, o autor era adjunto do governador civil de Coimbra.

<sup>9</sup> Nuno Rogeiro é jornalista e comentador televisivo, licenciou-se em direito, pela Universidade de Lisboa

maioria dos textos deste jornal que cobriram o tema, e as questões sociais foram bem alavancadas. A publicação chegou a propor que se tornasse o referendo um instrumento mais usado para incentivar a participação dos cidadãos. A reportagem “Um único artigo da Constituição evita a banalização do referendo”, publicada no dia 11 de fevereiro de 2007, critica o sistema “restritivo e cioso” que impede que o “instrumento mais nobre da democracia directa” esteja condicionado à vontade da maioria parlamentar.

Portanto, neste caso, o JN desempenhou um papel de esclarecimento de questões importantes em torno da temática, propondo, em diversos textos, uma democracia directa, mais participativa, como instrumento para fortalecer a legitimidade do sistema representativo. A publicação proporcionou a participação de distintos atores, equilibrando com o centro do poder a posição de fonte principal de informação. A postura do JN, neste contexto, não corroborou a tese de que o jornalismo retrata apenas a democracia centrada na representação; neste caso o JN valorizou a participação, mas é de ressaltar que a participação destacada surge vinculada à legitimação desta, exclusivamente, pelo Estado.

### ***2.2- O Correio da Manhã e a despolitização do referendo***

No Correio da Manhã, o tema do referendo foi mencionado na capa, nos cinco dias em análise, sendo duas vezes – 12 e 13 de fevereiro de 2007 – o tema principal. O jornal, se difere do JN na forma de apresentar o assunto. O discurso da capa do dia 12 destaca a possibilidade de Cavaco ainda poder vetar a lei referendada. Com o título, “Aborto nas mãos de Cavaco”, o jornal adota uma figura retórica que coloca o presidente em posição dúbia, entre a figura de chefe de Estado, e de responsável pela realização de abortos no país.

O jornal adotou um discurso despolitizador do referendo. Em nenhum texto analisado a argumentação mostrou a posição das mulheres e como a questão lhes atingia. Optou-se pela defesa, não objetivada, da campanha do ‘não’; ou seja, a partir da banalização do referendo, adotou um discurso no qual diminuía as opiniões contrárias ao “não”, manifestando subtilmente a sua posição. Deste modo, o jornal não fez uma cobertura aprofundada do tema, pois a ótica sobre a questão vinculada a democracia, ficou diminuída pela posição do jornal.



Figura 2 - Capa do Correio da Manhã, um dia após o referendo.

Em diversos textos, o CM enuncia um discurso que desvaloriza a participação e o referendo, implícitos, principalmente, na despolitização da abstenção e da questão em pauta; e explícita, principalmente, no tipo de argumento como o seguinte: “Portugal tem assuntos mais urgentes a tratar” (Correio da Manhã, 12 de fevereiro de 2007). Um dos exemplos mais emblemáticos da campanha de despolitização do processo – seguindo a construção argumentativa citada na frase anterior – está no trecho do editorial, escrito pelo subdiretor do jornal, Manuel Queiroz<sup>10</sup>, publicado no dia 13 de fevereiro de 2007.

E falta saber o que vamos ainda ter que aguentar do resto da agenda do Bloco de Esquerda, dos casamentos homossexuais até sabe-se lá o quê, porque muitos acham que o sentido da modernidade é também esse. A moderação prometida anteontem à noite pelo primeiro-ministro vai ter que passar por aqui também (Correio da Manhã, 13 de fevereiro de 2007).

Queiroz evidencia uma negação às políticas sociais e estabelece as questões da esquerda quase como uma imposição – “Falta saber o que ainda temos que aguentar” – que implicam na vida de todos os cidadãos. Seguindo o processo de explicitação da posição do jornal, no dia do pleito, o CM publicou, na contracapa, uma foto do presidente Cavaco Silva com os seus netos, intitulada “Família Cavaco vê Música no Coração”. A legenda termina da seguinte maneira: “Cavaco Silva decidiu ter uma noite mais tranquila, na véspera do

<sup>10</sup> Jornalista, trabalhou para diversos meios. Foi subdiretor do CM de 2003 a 2010, ano em que assumiu interinamente a direção do jornal I.

referendo do aborto” (Correio da Manhã, 11 de fevereiro de 2007). O apelo à família, surgiu constantemente na cobertura do tema.

Dois dias depois, o jornalista José Luís Ramos Pinheiro<sup>11</sup> propõe uma política de planeamento familiar, com ressalva para as diferenças sociais, sugerindo que as mães “em condições sociais débeis” são mais propensas ao aborto. “Estruturando uma verdadeira política de apoio à maternidade (sobretudo aquela que se processa em condições sociais mais débeis) e desincentivando o aborto como método liberal de planeamento familiar” (Correio da Manhã, 13 de fevereiro de 2007).

No mesmo dia, o tema voltou a ser o destaque principal da capa, com a seguinte manchete, “Corrida ao Negócio do Aborto”. Na mesma chamada, o jornal especula sobre os valores movimentados pelas clínicas particulares que poderiam entrar no país, e acrescenta uma pequena declaração do Papa Bento XVI: “Nenhuma lei humana pode subverter a lei divina”.

A cobertura do CM não promoveu um debate sobre a democracia, pois categorizou a questão da IVG como um não direito, desconsiderando a perspectiva das mulheres e do movimento feminista. A cobertura da publicação pautou-se pela sujeição do discurso jornalístico a uma construção favorável à campanha do ‘não’. O CM adota, em diversos momentos, a despolitização das políticas sociais, classificando-as como medidas extremas, de uma esquerda radical. Este trabalho defende que a construção deste tipo de discurso constitui uma estratégia adotada por uma elite simbólica para controlar a dissidência e a resistência ao poder hegemónico. “Em muitos países ocidentais, basta que alguém seja tachado de ‘comunista’, ou como uma pessoa contrária ao nosso tipo de ‘liberdade’ ou a um valor dominante similar, para ser desqualificado como um formulador sério de contraideologia” (Van Dijk, 2010: 51).

Por conseguinte, o debate sobre a democracia, na questão do referendo, no CM, foi totalmente inexistente. O jornal adotou uma perspectiva liberal da democracia, em que as questões sociais são diminuídas em detrimento de interesses financeiros, religiosos, e de grupos dominantes.

### **3- Considerações finais**

No artigo observou-se que há diferentes formas de se perceber um tema e de vinculá-lo aos conceitos e modelos de democracia, entretanto, todos pressupõem uma estrutura

---

<sup>11</sup> Gerente da Rádio Renascença, de propriedade do Patriarcado de Lisboa e da Conferência Episcopal Portuguesa É, também, docente da Universidade Católica Portuguesa.

altamente dependente da representação. O jornalismo demonstra esta característica ao se apoiar e se pautar pela agenda e personagens do sistema em questão. Apesar de haver diferenças entre os dois jornais analisados, ambos assumem em suas posições o que está exposto no parlamento, no caso da IVG, que houve consulta popular, os representantes continuaram tendo importante participação como personagens das notícias nos jornais analisados.

Somente o Jornal de Notícias foi buscar mais densamente assunto e a percepção do tema na sociedade civil, mas esta foi inquirida em uma proporção muito menor do que os que são portadores dos títulos de “especialistas”. O Correio da Manhã, não contribuiu com o debate político que tomou conta de Portugal naquele ano, ele simplesmente assumiu uma posição e pautou-se nos seus princípios ideológicos, sem entretanto os assumir para seus leitores.

Acredita-se que para a democracia e, principalmente, para o seu fortalecimento é necessário que haja um diálogo maior e uma percepção mais apurada do que ela é construída. Para contribuir com a democracia os repórteres e os articulistas necessitam perceber e dialogar para além dos palanques dos partidos e das bancadas do Parlamento. O jornalismo, neste ponto, poderia efetivar e ampliar a busca de temas e de personagens que amplifique a voz a qual a democracia é dita. Torna-se, por isso, necessário que haja uma formação para o jornalismo a favor deste sistema, antes de um jornalismo formado para a venda de jornais.

#### 4- Bibliografia

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os (des)caminhos da notícia rumo ao entretenimento**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Ano V – no 1. PP. 63-73. Jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. Tese (doutorado em Comunicação e Informação). UFRGS: Porto Alegre, 2004.

BROWN, Wendy. “We are all democrats now...”. In: **Democracy in what state?** New York: Columbia University Press, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cultura do povo e autoritarismo das elites**. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHAL, Álvaro. **O Aborto: Causas e Soluções**. Porto: Campo das Letras, 1997.

FREIRE, André. **Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político: O Caso do Referendo do Aborto – 2007**. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

MONTEIRO, Rosa. **A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos**. *Análise Social*, 204, xlvii (3.º), 2012.

PENICHE, Andrea. **Dimensionar o aborto no campo do direito**. In [http://combate.info/index.php?option=com\\_content&task=view&id=85](http://combate.info/index.php?option=com_content&task=view&id=85). Acesso em: 24 de julho de 2013.

RAMALHO, Viviane e RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica): O texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

ROQUE, Sofia. **Aborto: não precisamos dos vossos conselhos**. Lisboa: Esquerda.net, 2015. In: <http://www.esquerda.net/opiniao/aborto-nao-precisamos-dos-vossos-conselhos/37880>.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático**. In: SOUSA SANTOS; Boaventura (Org). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003.

TAVARES, Manuela. **A longa luta das mulheres portuguesas pela legalização do aborto**. In: "Livro Negro da Condição das Mulheres", Edições Temas e Debates, 2007.

VALA, Jorge. **A análise de conteúdo**. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira. Metodologia das ciências Sociais. Porto: Afrontamento, 1986.

VALADARES, Marcelo. **A democracia na Imprensa Popular Portuguesa**. (Tese de doutorado). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

\_\_\_\_\_. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

Van DIJK, Teun A. **La noticia como discurso: Comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

#### - Textos Jornais:

##### ***Correio da Manhã, 9 de fevereiro de 2007***

48% das mulheres não vão votar no referendo; A prova final; Mulher abstêm-se mais; Razões para votar não; Despenalizar é votar sim; António Guterres mantém silêncio; PS organiza jantar pelo "sim" responsável.

##### ***Correio da Manhã, 10 de fevereiro de 2007***

Igreja vai apelar ao voto nas missas do fim-de-semana; Padres apelam ao voto; "A corrida continua"; Notas; Queixas da campanha aumentaram 7 vezes.

##### ***Correio da Manhã, 11 de fevereiro de 2007***

Governo gastou nove milhões; Escolher 'sim' ou 'não' custa nove milhões; Comentadores de peso em emissão especial; Um referendo com poucos casos; Preferiam caçar em vez de votar; PSP e GNR vão distribuir 11 milhões de boletins; Família Cavaco Silva vê Música no Coração.

##### ***Correio da Manhã, 12 de fevereiro de 2007***

Aborto nas mãos de Cavaco; A culpa do tempo; 2,2 milhões votaram SIM; Um novo choque entre dois países; "País é agora mais tolerante"; Hipocrisia vai aumentar; Derrotados prometem luta; Fim de problema complexo; Sócrates diz que aborto "deixará de ser crime";

Sondagens, reacções do PS e a longa espera do PSD; Políticos tentam dar exemplos; SIM' e 'NÃO' das mulheres; Sampaio voltou a ser presidente; Vitória do "Sim" agita mercado do aborto.

***Correio da Manhã, 13 de fevereiro de 2007***

Corrida ao negócio do aborto; Agora falta o resto; O referendo; Lei do aborto - Sócrates acompanha mudança; "Lei humana não pode subverter lei divina"; Clínicas de aborto preparadas; Ana Loura votou em massa no 'sim'; "Precisávamos era de crianças".

---

***Jornal de Notícias, 9 de fevereiro de 2007***

Jovens asseguram vantagem do SIM; "Sim" segura liderança com maior participação; "Não" fala de campanha em crescendo e moderada; Contraponto; Porque sim; Sócrates apela ao voto para reduzir número de abortos; Por uma causa; Memórias de 98; Balanço; Com o meu "não"; Referendo, campanha e democracia; Falemos de Direito.

***Jornal de Notícias, 10 de fevereiro de 2007***

Não houve textos sobre o tema.

***Jornal de Notícias, 11 de fevereiro de 2007***

Constituição impede multiplicação de referendos; Um único artigo da constituição evita a banalização do referendo; Cerca de 8,7 milhões chamados às urnas.

***Jornal de Notícias, 12 de fevereiro de 2007***

Nova lei até Julho; "Sim" sem dúvidas; "Luz verde" para a mudança; Projecto prevê apoio médico e social; Do financiamento ao licenciamento; Socialistas não querem alterar a lei do referendo; Sócrates parente período de reflexão na lei; "Maioria dos eleitores não se pronunciou"; "Norte pela vida" recebe derrota sem surpresa; Grupo do Sim reclamam iniciativa legislativa; Festa após carrossel de emoções; Quem ganhou e quem perdeu na corrida às urnas; Diácono transmontano manteve apelo ao Não; Em vez de boicotes foram manifestações; "Sim" subiu em todo o país; Tempo morno nos canais; Sem margem para dúvidas.

***Jornal de Notícias, 13 de fevereiro de 2007***

Governo procura inspiração para a lei no exigente modelo alemão; Duas clinicas espanholas entram em Portugal; Objectores de consciência podem aumentar; Ministro assegura que SNS está preparado para nova lei; Papa critica e padre reitera que é crime; Queixa contra